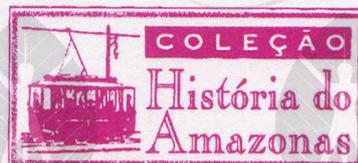


Robério Braga

# Jonathas de Freitas Pedrosa

FUNDAÇÃO LOURENÇO BRAGA



Perfis Políticos 1





JONATHAS DE FREITAS PEDROSA

AmM  
0136



**ROBÉRIO BRAGA**

**JONATHAS DE FREITAS PEDROSA**

**Coleção HISTÓRIA DO AMAZONAS**  
**Perfis Políticos 1**

**Fundação Lourenço Braga**  
**Manaus - 1997**

**Copyright** ©1997 Fundação Lourenço Braga

**Revisão:** Antônio Valente

**Capa:** Óscar Ramos.

**Editoração:** Editora Manaus

A F Suano da Silva

Rua dos Cravos, casa 07 – Conjunto Tiradentes - Aleixo

Fone: (092) 644-2410

**Edição de agosto de 1997, 328º ano da Fundação de Manaus**

**Ficha catalográfica**

Elaborada pela Editora Manaus

Braga, Robério dos Santos Pereira, 1951-

Jonathas de Freitas Pedrosa/Robério dos Santos Pereira

Braga. Manaus: Fundação Lourenço Braga, 1997.

15 p. 21 cm (Coleção História do Amazonas. Perfis Políticos, 1)

1. Manaus (cidade) - História I. Título.

CDD 981.2

CDU 981(811.31)

**Impresso no Brasil**  
**Printed in Brasil**

## AS ORIGENS

A referência mais antiga até hoje localizada da origem de Jonathas de Freitas Pedrosa é o capitão-mor Antônio José de Freitas, morador da Freguesia da Sé, em Salvador da Bahia, considerada a freguesia mais religiosa da capital, visto que nela estão instaladas sete igrejas, e seriam oito, se não tivessem demolido a antiga Sé. O capitão Antônio Freitas era filho de José Maria de Freitas e Maria de Jesus que se casou com dona Maria Clemência de Andrade, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira da Corte de Lisboa e moradora da freguesia de Sant' Anna, filha do capitão-mor Francisco Gomes de Andrade e dona Agueda Moreira Golpilhares. Casaram-se no dia 2 de dezembro de 1809, na casa do noivo, com as devidas autorizações religiosas, em ato presidido pelo coadjutor, Manoel Pereira de Souza.

A 4 de agosto de 1831, em casa de

Bernardo José de Freitas casaram-se Manoel José Pedrosa, filho de Theotônio José Pedrosa e Maria Joaquina do Pillar, natural da freguesia de Santa Marinha da cidade do Porto e morador da freguesia do Pillar, com dona Maria José de Freitas, filha de Antônio José de Freitas, àquela altura já falecido, e dona Maria Clemência de Andrade Freitas. O ato foi presidido pelo Vigário Cura encarregado, João Thomáz de Souza.

## O HOMEM

1848.

Na cidade do Salvador nasceu a 8 de abril, Jonathas de Freitas Pedrosa, filho de Manoel José Pedrosa e Maria José de Freitas, batizado a 8 de dezembro do mesmo ano, na igreja matriz de Santo Antônio além do Carmo, "isto é, além da Colina do Carmo..."(1), igreja que era forte ao tempo da segunda invasão holandesa, com oito meses de idade. Do ato fo-

ram padrinhos o dr. Jonathas Abbott, médico respeitado e professor da Faculdade de Medicina, e dona Anna Joaquina de Freitas Abbott, e celebrante o vigário Pedro Antônio de Campos.

A família residia no 6º quarteirão da freguesia da Rua do Passo, por onde passava a procissão de Nosso Senhor dos Passos, fazendo a primeira “parada”, na qual foi construída a igreja do Santíssimo Sacramento. Composta por Manoel José Pedrosa, branco, brasileiro adotivo, Maria José Freitas Pedrosa, sua esposa, branca, brasileira, José de Freitas Pedrosa com 10 anos quando do levantamento de residência de que nos valem, Manoel José Pedrosa, 8 anos, Jonathas José Pedrosa, 7 anos, Emília Deucolina Pedrosa, 3 anos. Com eles moravam os escravos negros: Joanna, 30 anos, da nação Gegê, José, 14, Crioulo; Felicidade, 35, Nagô; Eva, 2, parda, brasileira; Laura, 40, preta, Nagô; Belmira, 15, preta, Nagô; Benedicta, 28, preta, Nagô; Salvador, 26, preto, Nagô.

No mesmo quarteirão morava a família do poeta Castro Alves, com seus escravos, ao tempo em que ele tinha 9 anos de idade.

Segundo consta realizou seus estudos em Salvador, inscrevendo-se na Faculdade de Medicina em 11 de março de 1867, prestando exames de filosofia, inglês, latim, geografia, história, francês, aritmética, geometria e álgebra,

concluindo o curso em 1873 quando defendeu tese na cadeira de cirurgia, a 6 de dezembro, sob o título de **Hemorragia Traumática**

Em 1875, já casado com Ermelinda Maria Pedrosa, sergipana de Estância, embarcou com a esposa no vapor Marquês de Caxias com destino a Aracaju, indo a Penedo em 1876 no vapor Dantas, seguindo depois para o Rio de Janeiro no vapor Pará. Em 14 de fevereiro de 1885, no vapor **Manãos**, seguiu viagem para o Amazonas, possivelmente de retorno de uma viagem que realizara à Europa. Agnello Bittencourt, em beneditina obra, refere que ele veio morar em Manaus no ano de 1876, louvando-se em registros do Boletim do Grande Oriente do Estado do Amazonas, publicado quando do seu falecimento. Há registros de outra viagem em 1893, no vapor São Salvador em que teria viajado dona Ermelinda Pedrosa para Manaus.

É indiscutível que aqui chegou mesmo antes de 1878, porque seu ingresso na maçonaria amazonense se fez em setembro de 1877, conforme registros oficiais.

1878. Começava a sua longa carreira no Amazonas. Aqui chegado como 2º tenente-cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, demitiu-se desse posto naquele ano, segundo registros de Agnello Bittencourt, que diferem dos registros constantes do Senado Federal pelos quais teria se afastado do Exército em 1888.

Foi nomeado para cargos públicos que o mantiveram em Manaus no exercício da medicina, do magistério, do serviço público e depois na política partidária.

## O PROFESSOR

Sua carreira no magistério foi iniciada como professor de francês, concursado, do Liceu Amazonense, em maio de 1879, função em que permaneceu até 9 de maio de 1901 quando conseguiu aposentadoria. No concurso ficou em segundo lugar Pedro Regalado Ephifânio Baptista, em terceiro José Augusto Rodrigues de Andrade e em quarto Manoel de Miranda Leão. Pedro Regalado Baptista era piauiense e formou-se em Direito no Recife em 1906 chegando a exercer depois inúmeros cargos no setor de educação do Estado; José Augusto Andrade era na época professor de primeiras letras do Instituto dos Educandos e Artífices, sendo efetivado na cadeira de história universal; Manoel de Miranda Leão estudara em França, foi professor de francês e de pedagogia.

Como se vê, ilustres personalidades que se dedicaram à causa da educação nos primórdios da autonomia política do Amazonas.

Quando da instalação da Escola Normal a 6 de março de 1882, na administração de Alarico José Furtado, Jonathas era diretor da Instrução Pública fazendo nomear

Ephifânio José Pedrosa para o lugar de primeiro diretor da escola em reconhecimento ao fato de ter sido um dos principais incentivadores da criação do novo estabelecimento de ensino. Pouco depois era professor de francês e diretor da Escola, designado a 19 de junho de 1882.

Integrou comissão especial composta pelo presidente da Província destinada a estudar as causas do atraso do ensino no Amazonas, ao lado de Agostinho Rodrigues de Souza, Henrique Barbosa de Amorim e Pedro Ayres Marinho, conforme portaria de nº 393, de 28 de novembro de 1879. Tal trabalho deu origem ao Regulamento de nº 42 que modificou o ensino provincial. Eram três figuras de importância na capital da Província. Agostinho de Souza era professor efetivo de filosofia e moral do Liceu, foi diretor geral da Instrução Pública e representou o Amazonas em congresso de educação convocado pelo Imperador; Henrique Amorim era professor concursado de gramática nacional e efetivo de francês, do Liceu; Pedro Marinho, paraense, professor de matemática, foi jornalista e deputado provincial.

Foi ainda professor de francês do Colégio Marinho, que foi inaugurado em 29 de junho de 1881 e do qual era diretor o professor Pedro Ayres Marinho, formado em França. A solenidade de inauguração foi presidida pelo então diretor geral da Instrução Pú-

blica, o dr. Ephifânio José Pedrosa, após missa celebrada na matriz. Ali eram ministradas aulas para os cursos primário, preparatórios, comercial e magistério, além de música, com canto e piano, mas as atividades foram encerradas poucos anos depois.

Lecionou também no Colégio Brasileiro, chamado de Amazônense, fundado em 1882, na antiga rua dos Remédios, atual de Miranda Leão sob a direção de dona Cândida Maria Pedrosa. Funcionava como internato feminino. Depois foi transferido para dona Emília Pedrosa de Oliveira, em 1886 vendido para dona Carolina Ribeiro e finalmente para Maria do Carmo Rodrigues de Souza, em 1888.

Não estava em Manaus ao tempo da abolição da escravatura negra, porque em viagem pela Europa desde março de 1884 até 1885, quando reassumiu o cargo de diretor da Escola Normal, retornando logo em seguida a responder pela diretoria geral da Instrução Pública em 1º de abril daquele ano.

Reconhecendo as graves dificuldades de escolarização na província, organizou em janeiro de 1889 o Atheneu Amazonense, pouco tempo depois considerado o maior colégio do norte do País.

## O MÉDICO

Logo em 1878 foi nomeado médico da Guarda Policial do Amazonas, inspetor de saú-

de pública e comissário vacinador, sendo depois médico coadjutor do serviço militar em novembro de 1882, em julho de 1885 médico do Instituto Amazonense, a 3 de agosto Inspetor de Saúde Pública e em 15 de setembro de 1887 médico da Câmara Municipal de Manaus. A 20 de julho de 1889 foi designado inspetor de Higiene Pública.

Desde a criação da Santa Casa de Misericórdia foi chefe do seu corpo clínico, em 1880, e chefe do corpo médico da Sociedade Portuguesa Beneficente, de cujas instituições foi sócio honorário.

Pela atividade profissional esmerada, foi louvado pela Sociedade Beneficente em 1897, e não se furtou de tratar dos desterrados políticos de 1892; muito pelo contrário, deu a eles a atenção de médico e a solidariedade política de que precisavam. Desdobrou-se em atenções ao coronel Menna Barreto, que retornou do forte de exílio bastante doente.

A esse respeito registra o Boletim Maçônico do Grande Oriente do Amazonas:

**“Médico humanitário e cidadão prestante, possuía grande número de amigos e simpatias. Era o decano da classe médica do Amazonas, em cujo seio seu nome era sempre acatado.”**

## O POLÍTICO

O quadro político local era modesto, constituído de personalidades sem vínculo efetivo com a região e a comunidade que se organizava. Proclamada a República Jonathas cuidou de organizar em 1890 o Partido Republicano, depois Partido Nacional, pelo qual foi apresentado como candidato ao Senado Federal na eleição de 15 de novembro.

Na época os partidos podiam ser estaduais. Os ensaios de partidos políticos nacionais foram efetivados com o partido Republicano Federal, o Republicano Conservador, cujo líder era Pinheiro Machado, e o Republicano Liberal, chefiado por Ruy Barbosa.

Senador da República eleito para o período de 7 de julho de 1898 a 31 de janeiro de 1906, foi reconhecido pelo Senado na forma exigida pela legislação vigorante. Seu primeiro mandato foi de três anos, na quinta legislatura, que corresponde ao período de 1903 a 1905, formando com Sá Peixoto, Antônio Constantino Nery e depois com Silvério Nery, a representação senatorial do Amazonas. Ali chegou em substituição a José da Costa Azevedo o Barão de Ladário, que faleceu em 24 de outubro de 1904, portanto no curso do mandato para o qual foi eleito em 18 de janeiro de 1903.

No senado foi membro das comissões de

instrução pública, saúde pública, estatística, colonização e poderes.

Terminado o mandato, foi substituído por Alexandrino Faria de Alencar, em eleições de 30 de janeiro de 1906, sob a égide da nova legislação eleitoral, chamada de Roza e Silva. Nomeado ministro da Marinha, Alexandrino renunciou ao mandato em 15 de novembro, provocando novas eleições em 31 de janeiro de 1907, nas quais Jonathas saiu vencedor, sendo reconhecido como tal em 10 de maio. Exerceu o mandato no período de 10 de maio de 1907 a 31 de maio de 1913. Lá estava na sétima legislatura, de 1909 a 1911, renunciando no curso da oitava, que compreende o período de 1912 a 1914, por ter sido eleito e empossado governador do Estado, para o mandato até 31 de janeiro de 1917.

Sua candidatura ao governo foi apoiada pelo governador Antônio Bittencourt, posição que foi efetivada por orientação do presidente marechal Hermes da Fonseca, conforme se vê do telegrama transcrito por Agnello em sua obra biográfica sobre vultos do Amazonas:

**“Rio, 18 de abril de 1912. Coronel Bittencourt. Governador. Manaus. Acabo de conferenciar com o marechal sobre a política do Amazonas. Tanto ele, como eu, entendemos que todas as dificuldades atuais e futuras serão dirimidas aceitando**

**Vossência candidatura do senador Jonatahas Pedrosa para Governador, que será de ordem e de paz, sendo resguardados os interesses políticos que representais. Aceita esta formula de apaziguamento necessário à nossa terra, constituir-se-á o sr. Marechal garantia da correção do procedimento daquele candidato, respeitadas os elevados propósitos acima expressos. Vossa individualidade não será, após Vosso governo, atirado ao ostracismo, havendo outros postos de destaque onde podereis continuar vossos serviços à República e ao Amazonas. Respondei urgente e com franqueza. Cordiais Saudações. Gabriel Salgado.”**

Lido em reunião do partido, a resposta foi aclamação do nome do candidato, sendo apontado para vice-governador o coronel Guerreiro Antony, depois eleitos.

Os fatos seguintes, ao longo do governo Pedrosa, não corresponderam às afirmações do telegrama que teria selado o acordo político. Muito pelo contrário. Bittencourt foi intensamente hostilizado, colocado no ostracismo político e Guerreiro Antony, pela reforma constitucional estadual empreendida pelo governador, em 20 de outubro de 1913, perdeu o mandato de vice-governador, no curso do período.

Governador do Estado eleito pelo voto popular, assumiu a administração a 1º de janeiro de 1913, renunciando então ao cargo de senador que vinha ocupando, indo residir com a família, e despachar, no Palácio instalado onde é hoje o Paço da Liberdade, sede da Prefeitura de Manaus, onde permaneceu até 1917 quando transferiu o governo ao seu sucessor, o médico Pedro de Alcântara Bacellar, eleito a 14 de julho de 1916 e reconhecido pela Assembléia a 5 de setembro.

De seu manifesto político quando da candidatura ao governo, em parte reproduzido por Rodolpho Valle, em memória biográfica inédita, que me foi confiada, afirmou o candidato em julho de 1912, em forte tom de conciliação e maturidade política:

**“...E, por amor à terra em que vivemos, não devemos [...] renovar estéreis agitações, que, inevitáveis algumas vezes, seriam presentemente criminosas, por virem contrariar o amortecimento das paixões que conturbaram os espíritos em dias que não vão longe[...]**

**E de mim afirmo que, sem quebra da lealdade que devo aos meus amigos e sem fugir aos meus compromissos de ordem política, não levarei para o governo nem ressentimentos nem mágoas. Dentro da lei - assegura-**

**das as liberdades constitucionais em suas múltiplas manifestações - não terei preferências nem predileções....”(2)**

Iniciada a administração, houve por bem convocar extraordinariamente a Assembléia Legislativa, até porque contornara grave crise entre a Força Policial e o antigo governo, sendo auxiliado nesta retomada do controle jurisdicional do Estado pelo coronel Belo Augusto Brandão, inspetor das forças federais na região.

Enfrentou graves dificuldades no processo de arrecadação de impostos, notadamente dos produtos e vapores vindos do Acre, aos quais mandou multar e fiscalizar rigorosamente. Trabalharia com a receita de cerca de 12.000:000\$000, fora as operações de crédito. O Estado tinha uma dívida externa de 73.877.491,83, em francos, e uma dívida interna que ia a mais de 520:000\$000.

Anunciando que pretendia o governo bem antes, em outras condições, afirmou:

**“...o encontro com grande amargura no coração, em completo contraste com a situação grandiosa que eu prejulgava [...]. Sei, [...] que já me não é possível promover rapidamente o desenvolvimento econômico e a normalização financeira do Amazonas...” (3)**

Adotou providências rigorosas de fiscalização aduaneira; modificou o orçamento de 1913; se empenhou junto ao governo federal para obter recursos; intercedeu com firmeza na questão de limites com Mato Grosso e Pará; enfrentou o problema com a Manãos Markets e com a Manãos Improvements, em tudo procurando promover o equilíbrio financeiro e orçamentário do Estado, inclusive pela redução da estrutura administrativa do governo.

Afeito à educação, em seu governo promoveu uma ampla reforma do ensino pelo decreto 1.050, de 28 de janeiro de 1914, consagrando o ensino normal, ampliando os poderes do diretor da Instrução e descendo a detalhamentos consideráveis quanto ao ensino primário, médio e superior, e fixando o ano letivo de 15 de janeiro a 31 de outubro.

Dentre outros foram seus auxiliares Manoel Carpinteiro Peres, José Chevalier Carneiro de Almeida, João Lopes Pereira, José Coelho de Miranda Leão, Turiano Meira, Ayres de Almeida Freitas, Augusto Cesar Fernandes, Virgílio Ramos, José Duarte Sobrinho, Raimundo Sinésio Benevides, Antônio Crespo de Castro, Lourival Alves Muniz.

Foi um período de muitas complicações políticas e financeiras, porque o Estado vivia os primeiros anos da decadência econômica da borracha, a explosão da guerra de 1914, os conflitos de grupos políticos locais extrema-

mente acirrados principalmente pela oposição chefiada pelo coronel Antônio Guerreiro Antony “ **adversário indormível, tendo como sua voz e pensamento o Senador Ruy Barbosa que, durante o ano de 1913, proferiu, no Senado, numerosos discursos contra o seu governo.**”, como assinala mestre Agnello (4), testemunha ocular da história.

Estas e outras questões menores o impediram de realizar um governo de proporções significativas.

## O MAÇOM

Rodolpho Valle, professor de história, vereador, emérito membro da maçonaria amazonense, escritor e acadêmico, em magnífica pesquisa cujos originais me confiou, reuniu em livro ainda por ser publicado, os maçons ilustres do Amazonas, entre os quais incluiu o governador Jonathas Pedrosa.

Jonathas ingressou na sublime ordem na Loja Amazonas a 22 de setembro de 1877, sendo venerável em 1878 e por longos anos, ali iniciando grandes personalidades entre as quais Leovigildo Coelho. Por serviços foi distinguido com o título de Membro Honorário do Grande Oriente do Brasil, em 1881. Em 1904 foi eleito representante da Loja Rio Negro na Soberana Assembléia Geral do Grande Oriente do Brasil e, por relevantes serviços públicos e maçônicos, era filiado livre das Lojas Aurora Lusitana, Rio Negro e Conciliação

Amazonense. Sua obra repercutiu nacionalmente, sendo por isso incluído na obra “*Enciclopédia Maçônica*”, de Otaviano Bastos, entre os mais notáveis maçons brasileiros.

## A FAMÍLIA

Casou-se em primeiras núpcias com dona Ermelinda Pedrosa de cujo enlace nasceram os filhos Jonathas Pedrosa Filho, casado com Maria Amélia Braga, que tiveram um filho, Renato Aurélio; Osman Pedrosa, casado com Carolina Pedrosa, com três filhos; Waldemar Pedrosa, casado com Isa Alves Ferreira, com cinco filhos, Waldisa, Nizard, Walder, Osmar e Maria Hermelinda; Gileno Pedrosa, que casou-se com Tereza Joaquina, que tiveram três filhos de nomes Gileno, Dayse e Danilo; e as filhas, Sílvia casada com o dr. José Rodrigues Vieira, que tiveram três filhos, Zarina, Zuleika e Ricardo; Marieta, casada com o dr. Anchises Cabral Raposo da Câmara, não tiveram filhos. Ele piauiense, formado pela Faculdade da Bahia e depois professor da Universidade Livre de Manaus, na Faculdade de Ciências e Letras.

Em segundas núpcias, Jonathas casou-se com dona Carolina Pedrosa, sem ter deixado filhos. A descendência se expande ainda hoje, em Manaus, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

---

**NOTAS E BIBLIOGRAFIA**

- (1) Coutinho. Afrânio. *Breviário da Bahia*. Conselho Federal de Cultura, 1980.
- (2) Valle. Rodolpho Guimarães. *Vultos da Maçonaria Amazonense*. Inédito.
- (3) Mensagem a Assembléia Legislativa do Estado, Manaus, 25 de março de 1913.
- (4) Bittencourt. Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias*. Vultos do Passado. Editora Conquista, Rio, 1973. Coleção Academia Amazonense de Letras.

## NOTA BIOGRÁFICA

Robério dos Santos Pereira Braga nasceu em Manaus a 14 de agosto de 1951, filho da professora Sebastiana dos Santos Pereira Braga e do político, líder sindical e marítimo, e jornalista Lourenço da Silva Braga. É advogado formado pela Universidade do Amazonas em 1974 e pós-graduado em Administração de Política Cultural pela Universidade de Brasília e Organização dos Estados Americanos-OEA, Museólogo e Professor universitário na área jurídica. Já exerceu diversos cargos públicos como Secretário de Estado do Gabinete do Vice-Governador, Chefe de Gabinete do Prefeito de Manaus, Diretor da Fundação Cultural do Amazonas, Presidente da Empresa Amazonense de Turismo, e Coordenador Regional da Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco.

Membro de diversas instituições culturais no Estado, no País e no exterior, foi Presidente do

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Secretário da União Brasileira de Escritores, fundador e primeiro Presidente da Academia Amazonense Maçônica de Letras. É Presidente da Academia Amazonense de Letras e membro do Conselho da Universidade do Amazonas, como representante das entidades culturais. Conferencista, principalmente sobre temas amazônicos, política cultural, turismo e desenvolvimento regional, é autor de inúmeros títulos e prefácios de obras de diversos autores, entre elas a 2ª edição da *"História do Amazonas"* do professor Arthur César Ferreira Reis. É vereador à Câmara Municipal de Manaus, em seu segundo mandato, e Presidente Regional do Partido Republicano Progressista - PRP, tendo sido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça por quatro anos, Relator Geral da Lei Orgânica de Manaus e autor de diversas leis de interesse público, e principalmente de toda a estrutura legal para defesa do patrimônio histórico da cidade.



Impresso na

**IMPRENSA UNIVERSITÁRIA**

Av. Gal. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Aleixo  
Bloco L - Mincampus - Campus Universitário  
Fone (092) 644-1610 - 60.077-000 - Manaus - AM



## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)



Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA